

EDUCAÇÃO FEMININA: O Projeto Político do Estado Novo Português pelas Lentes das Revistas *Modas e Bordados* e *Eva* (1930-1945)

FEMALE EDUCATION: The Political Project of the New State in Portugal through the Lens of *Modas e Bordados* and *Eva* magazines (1930-1945)

Elisa FAUTH¹
Vitória Almeida MACHADO²

Resumo: O presente artigo analisa como o projeto educativo do regime salazarista foi apresentado e representado nas revistas - *Modas e Bordados - Vida Feminina* e *Eva - Jornal da Mulher e do Lar* - que focavam no público feminino e amplia o debate sobre os espaços destinados às mulheres e suas funções sociais a partir da cultura política autoritária que Portugal vivia. A análise das fontes considera o período imediatamente anterior à instauração do Estado Novo - desde o começo da década de 1930 - e até ao final da Segunda Guerra Mundial por considerar este o momento em que as bases do regime foram moldadas. Adicionalmente, proporciona uma compreensão abrangente das experiências femininas, suas resistências ou adesões às ideologias impostas, e a complexidade das relações de gênero sob o jugo autoritário.

Palavras-chave: História das mulheres; Salazarismo; Educação feminina; Estado Novo; Imprensa.

Abstract: This article examines how the educational project of the Salazar regime was presented and represented in the magazines *Modas e Bordados - Vida Feminina* and *Eva - Jornal da Mulher e do Lar*, which targeted a female audience. It expands the debate on spaces designated for women and their social functions within the authoritarian political culture of Portugal. The analysis of sources considers the period immediately before the establishment of the Estado Novo (New State) in the early 1930s to the end of World War II, as this is considered the moment when the foundations of the regime were shaped. Additionally, it provides a comprehensive understanding of women's experiences, their resistance or adherence to imposed ideologies, and the complexity of gender relations under authoritarian rule.

Keywords: Women's history, Salazarism; Female education; Estado Novo (New State); Press.

Introdução

A história das mulheres sob regimes autoritários, como o Estado Novo de Salazar em Portugal, oferece um campo rico para análises que exploram não apenas as dinâmicas

¹ Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global (PIUDHist), Centro de História da Universidade de Lisboa; bolsista financiada pela Fundação de Ciência e Tecnologia – Portugal - DOI 10.54499/UI/BD/152084/2021; elisa_fauth@hotmail.com; <http://lattes.cnpq.br/3243024883174676>; ORCID iD - 0000-0002-9783-7100.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa CAPES. Graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense. Estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Direitas, História e Memória" (UFJF/UFF). Investigadora Associada da Rede "Direitas, História e Memória". Possui experiência nas áreas de História Contemporânea e História do Brasil República, dedicando-se principalmente a estudos sobre fascismo, autoritarismo, corporativismo, história das mulheres e imprensa. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina e Europa, a partir de um viés transnacional e comparado, notadamente sobre a atuação de mulheres fascistas na década de 1930. Email para contato: vitoriamachado.historia@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/0187932744160635>; ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9210-1970>.

de gênero, mas também os mecanismos de controle e manipulação ideológica estabelecidos pelos regimes políticos. Neste estudo, direcionou-se o olhar para a interseção entre história das mulheres e autoritarismo, focalizando especificamente como o Estado Novo português empregou a educação como ferramenta essencial para moldar e restringir os espaços sociais das mulheres. Investigou-se como o regime salazarista concebeu e implementou políticas educacionais destinadas a consolidar uma visão patriarcal da sociedade, onde as mulheres eram relegadas a papéis tradicionais de mães e educadoras, utilizando principalmente a história das mulheres, história política e história da educação. Analisou-se, portanto, não apenas o conteúdo dos programas educacionais promovidos pelo Estado Novo, mas também o impacto dessas políticas na vida cotidiana das mulheres portuguesas, examinando como tais estratégias contribuíram para a perpetuação do autoritarismo e para a reificação das normas de gênero impostas pelo regime. Este estudo propõe-se, assim, a lançar luz sobre os mecanismos de controle social empregados pelo Estado Novo por meio da educação, e a compreender de que forma tais estratégias influenciaram a construção e manutenção dos espaços sociais das mulheres sob um governo autoritário.

Buscou-se examinar de que maneiras o Estado Novo português influenciou, impôs condicionamentos, promoveu modificações e estabeleceu normas que afetaram direta e indiretamente as funções sociais que permeavam o cotidiano das mulheres, especialmente no âmbito educacional. Para isso, optou-se por utilizar como fontes históricas duas revistas portuguesas do período: *Modas e Bordados - vida feminina* e a revista *Eva - Jornal da Mulher e do Lar*.

A partir da análise das reportagens publicadas buscou-se identificar de que maneira temas relacionados à educação foram apresentados na imprensa feminina, quais foram os papéis atribuídos às mulheres em relação ao ensino, qual era a importância da educação para meninas e as relações entre ensino e o desenvolvimento do país. Com isso, o presente artigo propõe analisar como o projeto educativo do regime salazarista foi apresentado e representado nas revistas que focavam no público feminino e compreender melhor qual(is) espaços destinados às mulheres e suas funções sociais a partir da cultura política autoritária que Portugal vivia. A análise das fontes considera o período imediatamente anterior à instauração do Estado Novo - desde o começo a década de 1930 - e até ao final da Segunda Guerra Mundial por considerar este o momento em que as bases do regime foram moldadas. Conforme aponta o historiador Fernando Rosas (1992) é no início da década em que as bases políticas e ideológicas da Ditadura Nacional são

lançadas para a formalização do regime como, por exemplo, a fundação da União Nacional.

Os usos da imprensa feminina

Entre as investigações no campo dos estudos de gênero, a imprensa se revela como uma fonte substancial para a compreensão dos estereótipos e discursos entranhados na sociedade no período. Ademais, as interações sociais, culturais e econômicas, implicitamente presentes, proporcionam uma compreensão mais aprofundada do período em análise e da representação das mulheres ao longo do tempo e em distintos contextos nacionais.

Ao delinear o escopo da imprensa feminina¹, voltada especificamente para o público feminino, é crucial evitar a armadilha de associá-la unicamente a questões culturais, corroborando com o imaginário vigente (particularmente proeminente no período abordado, mas ainda perceptível na contemporaneidade), que sugere o interesse exclusivo das mulheres por temáticas domésticas, moda e culinária.

A imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza (...) A começar do nome, a maioria das publicações, programa de rádio e TV femininos indicam claramente para quem se dirigem (Buitoni, 1990, p. 7).

Contudo, a relação entre imprensa e mulher transcende essas superficiais representações, englobando questões mais abrangentes, como os papéis sociais das mulheres, sua participação na esfera política, no mercado de trabalho, na educação, entre outras dimensões. Conforme aponta a historiadora Swain (2001), a presença ou ausência de determinados assuntos nessas publicações está diretamente vinculada ao que o mercado editorial considerava que poderia ser de interesse do público leitor. Portanto, a análise aprofundada da imprensa feminina permite identificar a presença de uma agenda política nesses impressos, que muitas vezes estavam vinculados aos grandes jornais.

A intencionalidade dessas edições pode ser verificada através da seleção dos assuntos abordados, bem como na edição das matérias. A opção pela análise da imprensa feminina proporciona ainda um espaço de inserção na pesquisa histórica para aceder a realidade da vida de mulheres provenientes de diversas classes sociais uma vez que apresentavam reportagens sobre a vida feminina e as percepções de mulheres de diversos lugares do mundo. Tanto as revistas *Modas e Bordados* quanto a *Eva* buscavam atingir um público vasto e diversificado de mulheres.

No tocante à abordagem da imprensa como fonte histórica, Tânia de Luca sustenta que, a partir da década de 1970 no Brasil, já se observavam pesquisas que empregavam jornais como uma valiosa fonte documental. A autora ressalta a existência de uma correlação intrínseca entre as temáticas historiográficas e a preferência por fontes impressas, argumentando que estas últimas registram meticulosamente "cada lance dos embates na arena do poder" (De Luca, 2005, p.128.)

Por sua vez, Capelato percebe a imprensa como uma fonte rica para a análise de discursos, destacando sua capacidade de captar as ideias preponderantes na época de sua circulação. A autora enfatiza o papel proeminente dos jornais na documentação e dissecação das correntes ideológicas, proporcionando uma leitura crítica das narrativas que permeiam o panorama sociopolítico.

Confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos [...]. Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas. (Capelato, 1988, p. 34)

Seguindo a perspectiva teórica delineada por Rosanvallon (1995), a imprensa é considerada uma fonte fundamental para a pesquisa histórica, com o propósito de analisar os discursos dirigidos às mulheres. Nesse contexto, a proposta é desenvolver uma "história conceitual do político", que, em sua abordagem abrangente, busca transcender a fronteira que tradicionalmente separa a história política da filosofia política. A compreensão do passado e a indagação do presente convergem em uma empreitada intelectual unificada (Rosanvallon, 1995)

Muitos periódicos, desde o século XIX, passaram a integrar em seu corpo um espaço destinado às mulheres, porém esses espaços eram, majoritariamente, dominados por assuntos limitados. Importante ressaltar que o alto índice de analfabetismo em Portugal², a concentração da população na zona rural e a desigualdade social, fizeram com que o número de mulheres leitoras fosse menor que o número masculino. Entretanto, suplementos de revistas acabaram ganhando espaço no mercado, como foi o caso da revista *Modas e Bordados - Vida Feminina* (1912-1977). Originalmente um suplemento do jornal *O Século* (1881-1977), a revista tinha como propósito inaugural fornecer orientações às mulheres e jovens sobre moda, culinária, beleza e etiqueta. Entretanto, é com a entrada da jornalista Maria Lamas, em 1930, que o suplemento começa a ganhar cada vez mais leitoras até que, em 1938, se torna uma revista independente. A revista *Modas e Bordados*, durante os mais de sessenta anos que esteve presente no cotidiano das

mulheres portuguesas, se tornou uma das revistas mais lidas no país e, portanto, fonte importante para melhor compreensão da educação feminina imposta pelo regime salazarista.

A revista *Eva* (1925-1989), por sua vez, teve sua origem vinculada ao jornal *Diário de Notícias* (1864-presente), sob a direção editorial de Abel Coutinho e sob a direção geral de Helena de Aragão. É relevante observar que Helena de Aragão desempenhou o papel de diretora na revista *Modas e Bordados* em um período anterior. A transição de Helena de Aragão de diretora da *Modas e Bordados* para a posição equivalente na revista *Eva* evidencia uma continuidade de sua influência no cenário editorial, sublinhando conexões intertextuais e trajetórias profissionais dentro do contexto das publicações. No entanto, a editora não ficou muito tempo na direção da revista, que passou a ter maior popularidade sob o comando de Carolina Homem Christo em 1932³.

A revista foi então expandida e passou a apresentar um maior número de páginas, assim como uma variedade cada vez maior de assuntos, como trabalho feminino, literatura, educação, saúde, maternidade e grandes feitos de mulheres ao redor do mundo. Apesar da censura que viria a ser instaurada com a implementação do Estado Novo⁴, muitos dos assuntos que se tornariam “tabus” para a ditadura seriam mantidos nas revistas, mas apresentados de maneiras diferentes.

Políticas educacionais durante o Estado Novo

O regime implementado por António de Oliveira Salazar, um dos regimes autoritários⁵ mais longos da história (1933-1974), teve como objetivo e característica a tentativa de estruturação da sociedade nas mais diversas esferas da vida dos portugueses e portuguesas, utilizando-se de diversas ferramentas.

A ascensão de Salazar ao poder não foi um acontecimento inesperado. A condição financeira de Portugal encontrava-se em um estado severamente crítico. Durante a década de 1920, a economia do país enfrentou dificuldades sucessivas, resultando em uma crise acentuada (Rosas, 1998).

Para o autor Rosas:

Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, em 1924, e da Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelos “bonzos” do PRP, tornara-se sinónimo de “demagogia” e “desordem”, isto é, da instabilidade política

e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise (Rosas, 1998, p. 217).

Salazar foi convidado, em 1928, enquanto era docente da Universidade de Coimbra, para assumir o cargo de Ministro das Finanças no governo. Entre as exigências que o então professor fez, a mais emblemática foi o controle total das despesas governamentais. Com isso, os demais ministros ficaram proibidos de realizar modificações nos gastos de seus respectivos ministérios sem a autorização prévia de Salazar. A proposta foi aceita pelo General Carmona, líder da República, conferindo assim a Salazar uma autoridade discrepante em relação aos seus pares. A situação econômica de Portugal passou por diversas modificações com a decisão de Salazar assumir o cargo de Ministro das Finanças. Uma política rigorosa de contenção de despesas, a redução de investimentos em setores como saúde e educação, juntamente com o aumento de impostos, foi implementada.

Conforme esclarece Telo (1994):

O fato de se dar prioridade ao problema financeiro obriga a uma profunda reorganização política, apesar de a aparência ser justamente a contrária. Em primeiro lugar, tal fato implica a concentração de poder dentro do próprio gabinete, bem expressa na condição colocada por Salazar de ter o direito de veto sobre qualquer aumento de despesa. Trata-se de uma exigência muito anormal, que, quando é aceite, transforma o ministro das Finanças no verdadeiro centro de poder, ao qual todos os outros ministros são obrigados a dirigir constantes pedidos (Telo, 1994, p. 787-788)

Na sua obra, o autor destaca que as estratégias econômicas foram fundamentais na orientação da política salazarista desde o início, desempenhando um papel crucial na configuração do regime. No entanto, mesmo com o apoio das forças armadas a partir de 1929, Salazar enfrentava uma base social extremamente limitada. A implementação de uma política de aumento de exportações resolveu a crise em setores industriais e agrícolas específicos, alterando o panorama do apoio social, especialmente considerando a forte ligação da economia portuguesa com setores agrários (Telo, 1994).

Por meio de variados movimentos políticos e econômicos, Salazar conseguiu estabilizar a economia portuguesa, e a partir de 1931, as estruturas econômico-sociais foram delineadas, consolidando as bases para a criação do Estado Novo a partir de 1933. Segundo Paschkes (1985), Salazar descreveu o país, na época, como uma "desordem estabelecida", abrangendo desordem política, financeira, econômica e social.

Em 1933, a nova Constituição portuguesa afirmou a igualdade entre os cidadãos, mas, conforme destacam Cova e Pinto (1997), a própria Constituição ressaltava as

diferenças entre homens e mulheres, fundamentando-se na natureza e no bem da família. O salazarismo, marcado pelo tradicionalismo e conservadorismo, adotou um discurso específico para as mulheres, enfatizando sua permanência no lar. Baseado nas diretrizes da Igreja Católica, o regime propagou a ideia de que as mulheres estavam intrinsecamente ligadas à natureza, enquanto os homens estavam associados à cultura. Essa distinção biológica, criticada pelo movimento feminista, moldou um imaginário sobre a função social feminina.

Num discurso proferido em Braga em 1936, Salazar afirmou: "Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever" (Salazar, 1936). Essa máxima salazarista serviu como base para as análises subsequentes, observando e examinando de que maneiras esse discurso de "Deus, pátria, família e trabalho" estava presente nas revistas femininas e como isso influenciou no projeto educativo do regime.

Ainda usando o discurso em Braga como base para melhor compreensão do que foi o regime salazarista, Pinto (2007) reforça que:

O elo que o regime tinha com a Igreja Católica foi crucial para fundamentar ideologicamente o regime quanto para assegurar sua sustentabilidade: "É nas raízes ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na relevância do catolicismo antiliberal como elemento cultural unificador, que encontramos os fundamentos ideológicos e políticos do regime de Salazar (Pinto, 2007, p. 25).

A partir dessa máxima de Salazar, pode-se perceber que os papéis sociais das mulheres durante o regime foram do alicerce do lar. E, ao compreender essa relação, pode-se ter uma melhor compreensão sobre o projeto educativo do regime para com as mulheres. Os papéis sociais das mulheres portuguesas estavam centrados no âmbito familiar, dedicando-se à edificação e preservação de um lar saudável para o esposo e os filhos. Sua função como mãe abrangia todos os membros da família, tanto os filhos quanto o marido. Cova e Pinto (1997) argumentam que a exaltação constante da "mulher-mãe" era uma característica marcante no Estado Novo, pois ela não apenas cuidava dos filhos, mas também era responsável pela harmonia do lar e pela tranquilidade do esposo.

Essa preocupação com a família representava uma questão ainda mais profunda, pois ia além dos deveres de manter o lar aseado, as crianças bem alimentadas e um marido satisfeito, "Ao cuidar do lar, a mulher estaria cuidando também da pátria. A casa era como a representação de uma "Pátria em miniatura", que estaria sendo moldada e educada também pelas mulheres." (Machado, 2018, p. 80). De acordo com Oelkers

(2020), a modernidade dos movimentos fascistas ou fascistizados eram expressas através de uma estética, da mídia e nas práticas cotidianas, entre elas a educação. Portanto, para que a nação fosse bem cuidada era necessário que o regime de Salazar desenvolvesse um projeto pedagógico específico para as mulheres. Pintassilgo (2017) aponta que o período do regime salazarista teve atuação severa na esfera feminina.

Para o autor Pintassilgo (2017):

O Estado Novo representou um enorme recuo no que aos direitos das mulheres dizia respeito. O discurso tornou-se muito mais conservador. [...] A mesma concepção de mulher, mãe, esposa e dona de casa, resignada a esse papel é naturalizada nos manuais escolares (Pintassilgo, 2017, p. 135).

O autor explica ainda que:

O Estado Novo procurou criar um sistema educativo em que a inculcação dos valores nucleares do salazarismo era uma finalidade essencial em articulação com um forte controle político e administrativo sobre os diversos atores em presença. Pretendia-se formar portugueses crentes em Deus, amantes da Pátria e do Império, respeitadores da família, da ordem, da autoridade, da hierarquia, obedientes e humildes. Trata-se, a este nível, de um caso exemplar no que diz respeito à utilização da educação tendo em vista a preservação de um regime autoritário (Pintassilgo, 2017, p. 142)

Pimentel apresenta, a partir dos dados da estatística da Educação de Lisboa, índices que comprovam aumento significativo da presença feminina nas instituições educacionais durante o período compreendido entre a década de 1930 e a década de 1960, destacando, sobretudo, a predominância feminina nos liceus. Contudo, esse aumento não foi considerado por todos como um avanço.

Para Pimentel (2011):

Os liceus formavam as raparigas como se todas viessem a ser doutoras em vez de prepará-las para se tornarem boas donas de casa, esposas e mães, razão pela qual seria necessário dar incremento às escolas complementares femininas.” (Pimentel, 2011, p. 24)

Em virtude disso, ele advogava pela necessidade de fortalecer as escolas complementares femininas como uma medida corretiva.

As contribuições das mulheres para a Educação – O Período de Transição

No ano de 1900, apenas 27% dos portugueses com mais de 10 anos possuíam habilidades de leitura e escrita, um indicador que, em 1911, modestamente evoluiu para

31%. Este cenário de baixa alfabetização reflete uma realidade em que a educação enfrentou desafios significativos em Portugal. Ao longo desse período, os sucessivos governos republicanos demonstraram uma notável negligência em relação à educação de maneira abrangente, incluindo a educação das mulheres. Este contexto é marcado pela disparidade entre a retórica oficial, que professava um profundo interesse pela educação, e a falta de investimentos e políticas eficazes que efetivamente promovessem a alfabetização e o acesso à educação para toda a população (Candeias, 1999). Como mencionado anteriormente, o atraso educacional e os altos índices de iliteracia não tiveram grandes transformações nas primeiras décadas do século XX.

A questão do analfabetismo no país era tão grave no começo da década de 1930 - com cerca de 60% da população iletrada - que a imprensa decidiu iniciar uma campanha para combater o problema. Conforme matéria da revista *Eva*, o jornal *Diário de Notícias* estava publicando cartas das leitoras em que eram enviadas sugestões para encontrar “a cura dum mal que já tem fundas raízes e vai alastrando com pavorosa rapidez” (Barros, 1931, p. 3 e 31), o da iliteracia infantil em Portugal. No entanto, conforme destacava a professora Teresa de Barros, não eram apenas as crianças que sofriam com o mal do analfabetismo, mas também os adultos e esses casos eram ainda mais graves, pois impediam a plena inserção social dos indivíduos, afinal “Um analfabeto pode ser um instrumento manejado de outrem, mas civicamente, não é um ser completo” (Barros, 1931). Por essa razão era necessário encontrar maneiras de ensinar as letras à população e as mulheres eram consideradas um instrumento valioso para esse papel.

A revista apontava que mesmo aquela “Medianamente culta, poderia exercer uma atividade meritória no sentido de diminuir o número de analfabetos adultos” (Barros, 1931), e citava como exemplo o caso das senhoras que ensinavam suas *criadas* a lerem e obtinham grande sucesso na empreitada. Todas poderiam contribuir de alguma forma ensinando àqueles que gostariam e necessitavam de aprender. Ensinar aos adultos era importante pois contribuiria para a elevação das diversas classes sociais, para que todos tivessem maneira de aperfeiçoar seus trabalhos. A proposta, no entanto, não era dar novas oportunidades de emprego a essas pessoas, uma vez que o ensino aos adultos deveria contribuir para que desenvolvessem da melhor maneira possível os seus trabalhos.

Para Carvalho (1931):

A instrução não deve arrancar o lavrador e o jornaleiro aos trabalhos do campo, nem o operário aos labores da oficina, mas sim concorrer para que eles saibam enobrecer essas profissões, amá-las e orgulhar-se delas, por serem tão dignas como qualquer outra, e porventura mais belas e mais úteis (Carvalho, 1931, p. 3).

As mulheres que se dedicavam à educação moral e religiosa dos pequenos, por sua vez, deveriam complementar sua ação caritativa ao convencer os pais de que as crianças não deviam abandonar a escola para trabalhar. Afinal, “um novo mandamento se impôs às consciências cristãs que pretendam viver bem consigo e com Deus: Honrarás pai e mãe, não matarás, não furtarás, evitarás que o próximo seja analfabeto...” (Barros, 1931). As leitoras da revista, em especial as professoras, mas não só, eram convocadas a prestar seus serviços disponibilizando horários durante a semana para ensinar as letras e ajudar a erradicar o analfabetismo. De acordo com a matéria, essas medidas certamente não resolveriam o problema, mas este gesto de civismo certamente contribuiria para pouco a pouco diminuir o número de pessoas que não sabiam ler e permitiria que a instrução chegasse a todas as classes.

As mulheres, consideradas as responsáveis pelo ensino, deveriam dedicar horas de voluntariado para ensinar aqueles que não tiveram oportunidades de aprender, eram também consideradas responsáveis por desenvolver nas crianças o gosto pelo estudo, podendo tornar o ensino detestável ou encantador. No entanto, de acordo com a reportagem publicada na revista *Eva*, a poetisa e jornalista Carvalho considerava serem as mães as responsáveis por impedir os filhos de frequentar a escola “É a mãe, quase sempre, que se opõe, nas famílias pobres e rurais, a que a criança vá à escola, porque precisa dela para vigiar os irmãos mais pequenos, para lhes pegar ao colo, para fazer recados” (Carvalho, 1931, p. 3).

As creches certamente poderiam ajudar nesta questão, mas de acordo com a matéria, as mulheres do campo precisavam ser convencidas de mandar os filhos para a escola, “sacrificando a utilidade imediata, que a sua curta vista alcança melhor, à vantagem futura” (Carvalho, 1931, p. 3). Mesmo nas áreas em que faltavam escolas, pouco se falava sobre as responsabilidades do Estado para melhorar os índices educacionais no país, era a dedicação feminina que deveria suprir a ausência de professoras: “nos sítios em que não haja escolas, ou as escolas não cheguem, cada mulher, de medianas habilitações, pode ser uma professora voluntária, dando de boa vontade o pão de espírito”. (Carvalho, 1931).

A revista *Modas e Bordados*, por sua vez, alertava para o fato de ser necessário ensinar mais do que as componentes curriculares das letras e números, mas noções básicas de saúde e de higiene. Nesse momento o país sofria de diversos problemas relacionados à saúde e mortalidade infantil, portanto, era imperativo que as crianças fossem ensinadas noções básicas de higiene que ajudassem a combater esses problemas. A publicação

chamava atenção para o fato de que as iniciativas públicas de leis sanitárias e institutos de higiene não serem suficientes para tornar a população consciente dos males advindos da falta de asseio, uma vez que “O incitamento à prática é [normalmente] dirigido a adultos cujo ignorância, hábitos adquiridos e preconceitos constituem densa barreira à introdução de hábitos salutareos nas escolas, onde a mocidade é o mais propício campo ao desabrochar de hábitos” (Primo, 1930, p. 4) residia o ambiente ideal para o ensino dessas questões. A proposta era de que as instituições de ensino deveriam ser mais do que a acumulação de conhecimentos intelectuais, mas que oferecessem uma “preparação do indivíduo para a vida, visando aquela seleção e cultura das qualidades da raça, tornando-o apto para agir e a vencer no meio a que é destinado” (Primo, 1930). Se as famílias - quase sempre traduzidas na figura das mães - pecavam na criação dos filhos e não conseguiam oferecer esses conhecimentos e o Estado não era capaz de estar em todos os lares, a escola deveria então suprir esse papel.

Havia, no entanto, uma discordância entre as colunistas e leitoras das revistas quanto ao papel da educação e a erradicação do analfabetismo no país. Em 1931 a revista *Eva* publicou um artigo a respeito do Problema do analfabetismo, em que eram emitidas opiniões a respeito dos transtornos que poderiam advir do ensino quando ele não era acompanhado da instrução moral. O artigo alertava que a leitura não deveria ser o único caminho para um estado satisfatório de educação. A autora argumentava que sem instrução o conhecimento poderia ser perigoso.

Quase toda a gente acha que ensinar a ler, por si só, é de um grande alcance social, alvitando-se várias soluções no sentido de que essa prenda se generalize a todas as classes, como agente de felicidade coletiva, como garantia de bem-estar de uma nação inteira. Eu, porém, acho que saber ler, apenas, desacompanhado esse conhecimento de outros conhecimentos, pode em certos casos tornar-se até um perigo. A leitura, sem disciplina moral, sem uma educação um pouco mais desenvolvida, não serve para nada senão para abrir nos espíritos incultos curiosidades perigosas. (Guerra, 1931, p. 3).

De nada valia que uma criada aprendesse a ler apenas para ver nos jornais histórias das raparigas do povo ou que um operário através das más leituras pudesse absorver “doutrinas vermelhas – as doutrinas onde se aprende que todos somos iguais e que a diferença do condão social representa uma injustiça fácil de punir pelo atentado reparador?” (Guerra, 1931). A sugestão de que sem o ensino moral os leitores poderiam ser seduzidos para leituras relacionadas ao comunismo mostra a presença de um conservadorismo e apoio às ideias propagadas pela Ditadura em vigor e pelo ideário do regime que estava sendo delineado. Por esta razão, a autora sugeria que para o bem-estar

da nação era necessário que os cidadãos recebessem também o antídoto para os venenos que pudessem encontrar nas leituras perigosas. Caso contrário, mais valeria um mestre de obras inculto do que “o iluminado deturpador de teorias mal semeadas e pior colhidas” (Guerra, 1931).

A questão estava associada à educação moral dos indivíduos e não ao ensino de conteúdos específicos. E o papel de guiar moralmente as crianças e os criados era responsabilidade era considerada diretamente atrelada ao papel da mulher.

À mulher, como sacerdotisa do lar e mentora de almas, cabe uma grande parte dessa tarefa como mãe, como mestra e como senhora. Deverá alegar quanto possível os seus conhecimentos para poder transmitir aos filhos, aos discípulos e aos criados aqueles ensinamentos necessários para a formação de espíritos úteis (Guerra, 1931, p. 60).

A formação dos espíritos deveria ocorrer cotidianamente por meio do conhecimento moral feminino e transmitido a todos do seu meio. Os portugueses deveriam saber ler e escrever para conseguir acompanhar e contribuir com o país, porém sem a necessidade de instrução suficiente para criticar ou refutar as decisões do regime.

As reportagens e artigos de opinião publicados no período entre 1930 e 1933 e analisados até aqui permitem verificar uma crítica constante à maneira com que o combate ao analfabetismo e à falta de instrução estavam sendo conduzidas. Da mesma maneira, apontavam como era dever cívico das mulheres contribuir para a erradicação desses problemas.

A Educação (e a contribuição) feminina no Estado Novo

O período entre 1930 e 1936 foi, de acordo com o historiador António Nóvoa (1992), marcado por uma sucessão de ministros sem que fosse possível vislumbrar um propósito único no âmbito educacional que não fosse aquele relacionado com a demolição da arquitetura educativa republicana e uma reorganização dos serviços. Foi durante o mandato de Carneiro Pacheco como Ministro da Educação - entre 1936 e 1940 - que o regime salazarista colocou em prática a agenda da diminuição do analfabetismo em Portugal. Pimentel (2011) afirma que essa política de alfabetização tinha um propósito: a educação sem instrução. Como temos mostrado, essa era uma preocupação que vinha sendo denunciada desde antes da implementação do Estado Novo.

Conforme Oelkers (2020), fazia parte da agenda dos regimes autoritários nos entreguerras realizar transformações que transmitissem melhor as ideias desses governos

e fizessem com que as crianças fossem ensinadas desde pequenas a ideia de comunidade associada à nação.

The agenda of authoritarian or fascist groups always contains postulates aiming towards a revolution in national education. Revolutionary acts and the will to power are aimed at destroying the existing education systems, which were seen as rigid and criticized for not allowing the youth to live their own lives according to their nature. The programs are almost always targeted against the existing education systems, which are to be subverted and realigned by means of political education (Oelkers, 2020, p. 575).

Essa agenda pode ser identificada a partir da Constituição Portuguesa de 1933. No seu Artigo 42 ficava definido que a educação era obrigatória e “Pertencia à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela”. Além disso, de acordo com o do Artigo 43º o ensino realizado pelo Estado deveria ser independente de qualquer culto religioso e visava “além do revigoreamento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais” (Constituição Política da República Portuguesa, 1933).

Nas revistas analisadas é possível observar uma manutenção desses discursos. Numa reportagem intitulada “A educação de nossas filhas”, publicada em 1935, a revista *Modas e Bordados* aponta que a preocupação dos pais deveria ser dar às suas meninas uma formação para a sua mais nobre missão: a maternidade.

Nada mais justo e louvável. No entanto, ao contrário do que muitos pensam, não basta um curso para dar à rapariga de hoje, que será a mulher de amanhã, uma garantia de independência, visto ser cada vez maior o número de concorrentes de ambos os sexos aos lugares oficiais e, menos ainda, uma garantia de felicidade, porque a verdadeira felicidade da mulher está, afinal, no Lar, no cumprimento dos seus sagrados deveres de esposa e mãe. [...] (A educação de nossas filhas. *Modas e Bordados*, nº 1214, 15 de maio de 1935, p. 5 e 6).

A reportagem retoma a ideia dos cuidados que a família deveria ter com as instruções das meninas, mais uma vez apontando para o seu papel de cuidadoras do lar e não para concorrer por cargos oficiais com o sexo oposto.

As meninas deveriam ser preparadas para se tornarem companheiras do homem, no sentido mais nobre da palavra, que saibam carinhosamente, inteligentemente, colaborar com ele, sem para isso terem que sair das suas atribuições de mulher, não será muito mais vantajoso do que educar as raparigas apenas sob o ponto de vista intelectual, alheias à vida caseira, ignorantes dos mil segredos que transformam a boa dona de casa numa verdadeira fada benfazeja, que a tudo sabe atender sem descurar as pequeninas coisas de que depende a harmonia e o bem estar de toda a família? (A educação de nossas filhas. *Modas e Bordados*, nº 1214, 15 de maio de 1935, p. 5 e 6).

É possível, no entanto, inferir que as revistas tenham se apropriado de determinados discursos para burlar a censura à imprensa. Apesar do avanço do regime e das medidas implementadas ao longo dos anos, a análise das edições nestes quinze anos permite observar a constância e presença de diversos assuntos que, supostamente, não deveriam ser abordados na imprensa. Para defender a educação feminina e o papel das mulheres na instrução dos alunos, por exemplo, as reportagens afirmavam a necessidade de educar meninas para que elas se tornassem boas esposas.

No caso das jovens *sem famílias nem recursos*, que frequentavam espaços de assistência infantil, as reportagens afirmavam ser necessário proporcionar outras possibilidades que lhes garantisse alguma forma de manutenção quando atingissem a maioridade. Após a visita a uma dessas instituições, a jornalista Judith Maggiolly escreve à *Modas e Bordados* e afirma que quando saiu da “Instituição sonhava com uma obra grandiosa que podia ampliar-se desta tão linda ideia: a proteção à criança, à rapariga, à mulher! E o perfume deste pensamento inebriou-me, tão suavemente, como se evolasse das lindas flores colhidas por mãos pequeninas e orfãzinhas” (Maggiolly, 1936, p. 7).

As revistas alertavam ainda para o fato de a população portuguesa ser resistente e conservadora quando se tratava do ensino feminino e do papel das mulheres na educação. Na coluna permanente chamada *Ao Rebusco*, a escritora Emília Costa conhecida por defender o papel feminino na educação, conta uma anedota sobre como o letramento das meninas era associado, em parte, da população ao *Cataclismo Familiar*. A história diz respeito a uma suposta discussão que teria acontecido entre uma escritora e uma dona de dona. Após questionar à escritora se esta possuía habilidades de costura, a dona de casa teria respondido:

Pois, confesso: estava bem longe de supor que qualquer escritora fizesse alguma coisa, fora das literatices. Para mim mulher literata tem as inquirições tiradas. Não pode ser boa dona de casa. É verdadeiro cataclismo da família. Quando a minha filha larga os livros de estudo, se estou em casa, não a perco de vista, no receio de que se afeiçoe a leituras. Nas férias da Páscoa, castiguei-a severamente, quando ao recolher do teatro a encontrei a ler um romance (Costa, 1936, p. 4 e 15).

Ao que a mulher letrada teria respondido que suas filhas se dedicavam às leituras proveitosas, para que pudessem conhecer melhor a literatura nacional e pudessem amar o país como deveriam. Percebendo a insistência da outra, que afirmava considerar mais proveitosas para as senhoras e futuras mães o aprendizado relacionado à costura e as prendas próprias do sexo, teria respondido que “O facto de se habilitarem para ganhar a

vida, se um dia precisarem, não as inibe da aquisição dos conhecimentos imprescindíveis a todas as mulheres e das prendas senhoris” (Costa, 1936).

Com o intuito de defender a importância da educação para as meninas a coluna invocava temas relacionados à ignorância da população para mostrar o quanto a falta de letramento poderia ser prejudicial. A necessidade de conhecer a história do país com a finalidade de amá-lo, por sua vez, era mencionada como um fator de aproximação com o engrandecimento da nação. Por último, a justificativa de que os conhecimentos adquiridos poderiam ser úteis no caso de necessitarem trabalhar no futuro e que eles não competiam com os dons femininos. A história termina com a escritora defendendo que “Ser dona de casa exige estes dotes primaciais e indispensáveis: educação, instrução, lucidez, energia e método. As restantes qualidades, naturalmente, emanam desses dotes, como água duma fonte deriva da nascente.” (Costa, 1936).

A partir de 1936 que foram implementadas as grandes medidas educacionais do regime, neste ano o Ministério da Instrução Pública passa então a denominar-se Ministério da Educação (Lei nº 1.941, de 11 de abril de 1936). No mesmo período são fundadas a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Junta Nacional da Educação e o Instituto Nacional de Educação Física (Lei nº 1941, de 11 de abril de 1936). No ano seguinte é fundada a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), que entrará em atividade oficialmente a partir de 1938 e surgiu como uma peça central na estruturação da juventude sob os princípios ideológicos do regime.

Fundada em 1937, a MPF buscava moldar uma nova geração de jovens comprometidos com os valores nacionalistas, patrióticos e religiosos defendidos pelo Estado Novo. Seu papel abrangia desde atividades educativas e cívicas até o envolvimento em eventos culturais e desportivos, servindo como uma importante ferramenta de doutrinação ideológica e de mobilização social. Paralelamente, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) desempenhou um papel crucial na promoção da educação dentro das famílias portuguesas, incentivando a valorização da instrução e da moralidade como pilares da formação cívica e social das crianças. Além disso, a Junta Nacional da Educação (JNE) e o Instituto Nacional de Educação Física (INEF) atuaram como pilares institucionais na implementação das políticas educacionais do Estado Novo, supervisionando o ensino e promovendo a educação física como um elemento essencial na formação do caráter nacionalista e disciplinado preconizado pelo regime. Juntos, esses organismos desempenharam um papel significativo na construção da identidade e da ordem social durante o período autoritário em Portugal, deixando um legado complexo e multifacetado na história educacional do país.

Outra mudança implementada pelo regime iria afetar diretamente a vida das professoras. A partir de então, as professoras primárias que se quisessem casar tinham de pedir autorização ao Ministro da Educação Nacional. O Decreto-Lei 27.279 de 24 de novembro de 1936 dizia no seu artigo 9º:

- O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes:
- 1º Ter o pretendente bom comportamento moral e civil;
- 2º Ter o pretendente vencimento ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora (Decreto-Lei, nº 27.279, 1936).

Num curto espaço de tempo, esta norma seria estendida a todo o professorado. Estados autoritários como o regime de Salazar têm como característica o uso de controle de corpos. É comum encontrar em outros regimes semelhantes registros que comprovam que o Estado, através de diversas ferramentas, controlou especialmente os corpos femininos⁶. Diversas pesquisas sobre o Estado Novo em Portugal e o trabalho feminino, comprovam que a maioria das funções consideradas femininas e apoiadas pelo governo eram extensões do lar. Seja atuando na área da saúde ou da educação, as mulheres portuguesas ocuparam no mercado de trabalho, as funções que também exerciam no lar: o cuidado e a educação. O discurso salazarista era muito claro sobre o assunto:

Assim nós temos como lógico na vida social, e como útil à economia, a existência regular da família do trabalhador; nós consideramos fundamental que seja o trabalhador a sustentá-la; defendemos que o trabalho da mulher casada, e de maneira geral, mesmo o da mulher solteira, compreendida na família e sem ser responsável por esta, não deve ser encorajado; nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer. As mulheres não compreendem que não se atinge a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia. As grandes nações deveriam dar o exemplo, conservando as mulheres no lar. Mas as grandes nações parecem ignorar que a constituição sólida da família não pode existir se a esposa viver fora da sua casa (Salazar, 1937).

Em reportagem publicada na revista *Modas e Bordados* em 1939 é possível identificar que não só o Estado via as profissões de cuidado como as mais indicadas para mulheres. As cartas das leitoras que respondiam à pergunta “Em que profissão pode a mulher ser mais útil para o seu país” também estavam de acordo com estas ideias.

A Pátria carece de homens leais, bons, firmes e fortes. Quem os ensina e sabe, mais do que ninguém, educá-los, ensinando-lhes a respeitar e servir a Pátria? – A mãe. Quem os guia, até serem os homens de amanhã, seus leais defensores, bravos, destemidos? A mãe, a educadora irrepreensível! (Amelia, 1939, p. 4)

A leitora destacava que as melhores profissões para mulheres eram ser professora, enfermeira ou escritora, que deveria escrever para dar coragem aos espíritos fracos. A leitora apresentava ideias que se aproximavam do ideal do regime e afirmava que independente da profissão ou modo de vida, a mulher deveria ser “Sincera, dedicada, simples e afetuosa esposa e mãe amorável, terna e compreensiva! É a melhor forma de ser útil ao seu País!” (Amelia, 1939, p. 4). Esta não era uma visão única apresentada na revista, mas permite ver como os ideais do Estado Novo foram absorvidos por parte da população e permite ainda identificar como a ideia de educação e maternidade estavam fortemente atreladas no imaginário do período.

É interessante observar, após esse período, uma diminuição na presença de artigos ou colunas de opinião a respeito de temas ligados à educação feminina, com exceção daquelas que mostravam o funcionamento dos liceus ou outros espaços de acolhimento e ensino. Parece plausível supor que uma vez que o regime estava implementando medidas na área da educação as críticas a esse assunto tenham diminuído na imprensa. Por sua vez, o avanço da censura pode explicar a ausência destes temas, fosse porque as revistas optassem por não publicar ou porque haviam sido mesmo alvo do lápis azul.

Nos registros do Secretariado Nacional de Informação foram identificadas correspondências entre a revista *Eva* e o departamento, que nos dão algumas informações sobre reportagens que foram cortadas da publicação pelo SNI, tais como: uma crônica sobre a vida na Rússia, que havia sido considerada propaganda soviética ou uma crônica sobre as supostas relações amoras de Hitler, ambas em 1935. Ainda que não se tenham identificado cortes em assuntos relacionados à educação no período analisado, em 1947, dois artigos são alvos da censura. “Um artigo muitíssimo longo e intitulado: Inquérito à professora primária foi completamente cortado pela sua feição ultra derrotista: Tudo é mau, tudo carece de remodelação, tudo falta”, e no mês seguinte, o artigo ““O problema dos professores primários, em grande parte cortado nos capítulos ‘Ordenados e Assistência’ porque as sugestões que apresenta são inacreditáveis” (EVA, ANTT, SNI, cx. 603). Esses relatórios do SNI corroboram com a ideia de que alguns assuntos tenham desaparecido das revistas analisadas porque as editoras estavam a par de que a censura iria barrar a sua publicação. Não foi possível, até o momento localizar essas informações a respeito da revista *Modas e Bordados*.

Outro tema, no entanto, passa a receber grande atenção das revistas analisadas, com reportagens e colunas constantes nesses periódicos: O aprimoramento físico feminino. A Educação Física teve papel fundamental no projeto educativo do regime salazarista assim como em outros regimes autoritários e fascistas como o de Mussolini na

Itália. A importância da Educação Física para as mulheres no regime foi dupla e complexa. Por um lado, as políticas promovidas muitas vezes reforçavam estereótipos de gênero tradicionais, limitando o papel das mulheres ao domínio doméstico e à maternidade, enquanto valorizavam a virilidade e a agressividade masculina nas atividades físicas e esportivas. A historiadora Irene Pimentel destaca que a discussão sobre as atividades físicas e o *desporto* feminino estava relacionada ainda com o debate eugênico da época, o papel da mulher e da mãe no aperfeiçoamento da raça ligava-se à questão do exercício físico feminino, uma bandeira que foi erguida em 1937 (Pimentel, 2000, p. 209).

Por outro lado, a Educação Física oferecia uma oportunidade limitada para as mulheres se envolverem em atividades físicas e esportivas, o que representava uma forma de emancipação dentro dos limites estabelecidos pelo regime. Sobretudo durante os períodos de guerra, as mulheres muitas vezes foram encorajadas a participar de programas de Educação Física como parte de esforços de mobilização nacional, onde poderiam contribuir para a defesa da pátria e fortalecer o espírito de solidariedade nacional. No entanto, é importante reconhecer que essa participação era muitas vezes limitada e controlada pelo Estado, e raramente se traduzia em igualdade de oportunidades ou reconhecimento para as mulheres no domínio esportivo. Assim, enquanto a Educação Física oferecia algumas oportunidades de empoderamento e participação para as mulheres nos regimes fascistas, essas oportunidades eram frequentemente acompanhadas por restrições e limitações que refletiam as normas de gênero predominantes da época (Ferreira, 2004).

Tanto a revista *Modas e Bordados*, quanto a revista *Eva*, delineavam de forma clara os critérios que definiam o que deveria ser considerado como esporte feminino, evidenciando, dessa maneira, a relevância atribuída à prática de atividades físicas no contexto do regime salazarista. Tal exposição revela uma marcante distinção de gênero, enfatizando a diferença significativa entre as oportunidades e as expectativas relacionadas à participação em atividades esportivas para homens e mulheres.

[Sobre a importância da Ginástica Rítmica] de facto é essa a única compensação. A rítmica é a única ginástica da mulher. Tenho procurado introduzir entre a mocidade feminina portuguesa esta realidade que se observa nos meios cultos: saber tirar todo o proveito da vida e da natureza! «Todos os órgãos da mulher ganham com o exercício ritmado. A mulher fez-se para o lar, da sua preparação física nasce o reflexo dum lar saudável e feliz. (*Modas e Bordados*, ano 24, nº 1279, 1936, p.12 e 13)

Esse recorte de gênero evidencia não apenas a existência de normas sociais estratificadas, mas também perpetua a subordinação da mulher e a limitação de sua atuação em esferas que tradicionalmente são associadas ao universo masculino.

Considerações finais

A participação feminina na esfera política esteve historicamente sujeita a limitações. Um exemplo elucidativo é o caso de Carolina Beatriz Ângelo, notória por ser a primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto em 1911. Seu feito residiu na aplicação de uma disposição legal que garantia tal prerrogativa a todos os chefes de família. Ângelo, uma viúva, instrumentalizou essa norma, que posteriormente foi emendada para especificar que apenas os "chefes de família homens" estavam autorizados a votar. Todavia, em 1931, ocorreu uma alteração legislativa significativa: o Decreto-Lei nº 19.694, datado de 5 de maio, concedeu o direito de voto às mulheres que possuíam formação secundária ou universitária.

Em 1946, uma expansão adicional ocorreu, estendendo o direito de voto também às mulheres chefes de família, independentemente do estado civil (se divorciadas, viúvas ou solteiras), desde que demonstrassem alfabetização ou pagassem ao Estado uma quantia não inferior a 100\$00 em impostos. Esta disposição foi estabelecida pela Lei Eleitoral nº 2.317, promulgada em 26 de dezembro, com o intuito de ampliar o corpo eleitoral. Posteriormente, em 1974, um marco significativo foi alcançado com a promulgação da Lei nº 621/74, datada de 15 de novembro, que instituiu o sufrágio universal, concedendo o direito de voto a todos os cidadãos, independentemente do sexo, status civil ou nível de educação (Lousada, 2015). Com isso, percebe-se que a relação intrínseca entre educação e participação política assume um papel central na compreensão das restrições enfrentadas pelas mulheres no exercício de seus direitos eleitorais em Portugal. Ao longo das transformações legislativas, torna-se evidente que o acesso à educação não apenas moldou, mas também limitou significativamente a participação política das mulheres. A exigência de um nível mínimo de educação para o exercício do voto, como visto nas diferentes fases da legislação eleitoral, não apenas reflete as desigualdades sociais existentes, mas também perpetua um ciclo de exclusão política baseado na falta de acesso à educação

Essa pode ser uma das razões pelas quais as diretoras das revistas *Eva e Modas e Bordados* tenham continuado a publicar debates a respeito da educação feminina e do seu

papel enquanto educadoras. Para a revista *Modas e Bordados*, as mulheres mereciam ocupar um lugar de destaque no campo político, seja de forma direta ou indireta.

Sua missão envolvia denunciar as injustiças das quais o sexo feminino era vítima, refletindo os ideais de figuras proeminentes como Maria Lamas. O *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP)*, do qual Lamas foi uma integrante fundamental, sendo a sua última presidente entre 1945 e 1947, representou uma das poucas organizações feministas a persistir durante o Estado Novo, exercendo influência significativa no movimento feminista em Portugal entre as décadas de 1920 e 1940. O engajamento de Lamas no CNMP refletia-se em sua atuação como diretora da revista, onde muitas das preocupações do grupo encontravam eco nas páginas da revista. (Rodrigues, 2016) A diretora mais longeva de Eva, Carolina Homem Cristo, por sua vez, realizou um grande esforço para manter a publicação em funcionamento mesmo com o início da Guerra, problemas financeiros e a diminuição do número de exemplares, chegando mesmo a adquirir a revista para que ela não saísse de circulação (Gomes, 2011).

Ao analisar as revistas, ao longo destes quinze anos, percebe-se que se dedicaram em diversos momentos à análise da situação educacional das mulheres e jovens portuguesas. As publicações abordaram não apenas os papéis das mulheres como educadoras, mas também buscou contemplar o papel das mulheres enquanto educandas. Em 1940, por exemplo, a matéria intitulada "Raparigas de hoje: na escola superior colonial⁷" apresentou uma entrevista com Elisabeth Vidal Tenreiro, a única estudante mulher da referida instituição. A entrevistada expressou surpresa por ser chamada para a entrevista, acreditando que sua existência não era amplamente reconhecida.

Quando questionada sobre o desejo de casamento, Elisabeth afirmou que não considerava a possibilidade no momento, destacando: "Eu, por exemplo, casando, só deixaria de trabalhar se não tivesse necessidade de o fazer, porque então cometeria um ato de injustiça, usurpando o lugar necessário a outra menos favorecida" (*Modas e Bordados*, 1940, p. 5). É interessante observar que, ao longo da entrevista, há pouca indagação acerca da educação de Elisabeth, seus interesses acadêmicos etc. O enfoque da entrevista concentra-se na conciliação entre os estudos e a vida matrimonial. Não obstante, a entrevistada revela uma preocupação com seu futuro profissional, manifestando o desejo de alcançar uma posição independente na sociedade e o anseio por obter algum reconhecimento, para o qual tem se dedicado aos estudos (*Modas e Bordados*, 1940).

Para uma compreensão mais aprofundada do conteúdo apresentado, é essencial destacar dois aspectos relevantes. Primeiramente, ao empregar jornais e revistas como

fontes, é imperativo considerar o contexto político e social no qual o periódico está inserido. Não se espera que as revistas, na década de 1930, adotassem uma perspectiva substancialmente divergente dos discursos veiculados, uma vez que refletiam as normas e valores predominantes da época, notadamente em relação ao casamento, considerado quase como um percurso natural na vida das mulheres. Em segundo lugar, destaca-se a observação de que em edições anteriores a revista já havia conduzido entrevistas com mulheres que conciliavam suas atividades profissionais e a vida matrimonial. Pode-se conjecturar que tal série de entrevistas tenha servido como antecedente para a criação, em 1940, da seção "Raparigas de Hoje", na qual mulheres estudantes universitárias eram entrevistadas, proporcionando, assim, uma convergência entre as duas temáticas.

Em suma, ao analisar o contexto político, social e educacional retratado pela revista *Modas e Bordados - Vida Feminina e a Revista Eva* torna-se evidente a interconexão entre educação, participação política e papéis das mulheres na sociedade portuguesa durante o período do Estado Novo. As revistas não apenas refletiram as normas e valores predominantes da época, mas também proporcionam entendimentos valiosos sobre as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres em busca de igualdade e reconhecimento. Ao destacar a importância da educação como um elemento central na capacitação cívica e na busca por direitos e oportunidades equitativas, é crucial reconhecer a relevância histórica de tais discussões e reflexões para o entendimento mais amplo das dinâmicas de gênero e poder na sociedade portuguesa. Nesse sentido, o legado das revistas vai além de seu período de circulação, servindo como um registro significativo das lutas e conquistas das mulheres em meio a um contexto de autoritarismo e restrições políticas.

Referências

AMELIA, Rosa. Em que profissão poder a mulher ser mais útil para o seu país? *Modas e Bordados*, Ano 28, n. 1435, 1939.

BARROS, Tereza Leitão de. Combatamos o analfabetismo: um novo mandamento. *EVA*, ano 7, n. 333, 1931.

BELO, Maria; CABRAL, Iolanda. O Estado Novo e as Mulheres in O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959. *Colóquios*, v. 2, Lisboa, Fragmentos, 1987.

BOCK, Gisela. *Racism and Sexism in Nazi Germany: motherhood, compulsory sterilization and the State Signs*, v. 8, n. 3, Women and Violence, 1983.

BRANCO, Graciette. A mãe e o analfabetismo. *EVA*, ano 7, n. 337, 1931.

BRASÃO, Inês. Dons e Disciplinas do Corpo Feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo. *Deriva Editores*, 2017.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Maria de. A mulher e o Analfabetismo. *EVA*, ano 7, n. 334, 1931.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, n. 1, v. 50, 1999.

COSTA, Emília de Sousa. Ao rebusco: cataclismo familiar. *Modas e Bordados*, Ano 24, n. 1279, 1936.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, v. 4, n. 17, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, António. G. A. O ensino da educação física em Portugal durante o Estado Novo. *Perspectiva*, v. 22, n. 3, 2004.

GOMES, Tânia Vanessa Araújo. *Uma revista feminina em tempo de Guerra: O caso da "Eva" (1939-1945)*. Dissertação de mestrado em História. 2011. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

GRAZIA, Victoria. *How fascism ruled women*. Italy: 1922-1945. Berkeley: University of California Press, 1992.

GUERRA, Oliva. O problema do analfabetismo. *EVA*, ano 7, n. 336, 1931, p. 3.

LOUSADA, Isabel Cruz. Vozes e ecos de sufragistas britânicas em Portugal. *Gaudium Sciendi*, n. 1, v. 8, 2015.

MACHADO, Vitória de Almeida. *Para além de bordadeiras: a representação feminina nos periódicos Jornal das Moças e Modas e Bordados durante os Estados Novos (1937-1945)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MAGGIOLLY, Judith. Pela criança: admirável obra social da Assistência Infantil da Freguesia de Santa Isabel. *Modas e Bordados*, Ano 60, n. 1273, 1936.

MARTINS. Ernesto Candéias. Desenvolvimento, educação e assistência social no salazarismo. *Série Estudos: periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS, n. 23, p. 161-179, jan/jun. 2007.

- MORCILLO, Aurora. *The Seduction of modern Spain. The Female body and the Francoist body Politics*. Bucknell University Press, 2010.
- NÓVOA, António. A educação nacional. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, Ana. *Nova História de Portugal* (v. XII, p. 455-519). Lisboa: Presença, 1992.
- OELKERS, Jürgen. Authoritarianism and education in the interwar period: a history and its renewal, *Paedagogica Historica*, v. 56, n. 5, p. 572-586, 2020.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2000.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.
- PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa. O Estado Novo e a educação: entre a doutrinação e a escolarização dos portugueses. IN GONÇALVES, Leandro; PARADA, Maurício (org). *Políticas educacionais e regimes autoritários: intelectuais, projetos e instituições*. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia: EDUPE: EDIPUCRS, 2017.
- PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PRIMO, Seomora. A educação e a cruz vermelha da mocidade. *Modas e Bordados*, Ano 18, n. 957, 1930.
- RAMOS DO Ó, Jorge. Salazarismo e Cultura. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, A.H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*, v. 12, n. 4, p. 455-519, 1992.
- RODRIGUES, Marilene. *Mulheres e Cidadania na Revista Modas & Bordados. Representação de um Percurso de Mudança entre 1928-1947*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo apresentada à Escola Superior de Comunicação Social, exemplar policopiado, Lisboa, 2016.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, v. 4, n. 30, p. 19, 1995.
- ROSAS, Fernando (coord.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*, v. 12, n. 4, p. 455-51, 1992.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões & Debates*, n. 34, p. 11-44, 2001.
- TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política, 1928-1932. *Análise Social*, Lisboa, v. 29, n. 128, p. 779-800, 1994.

¹ Entende-se por imprensa feminina como uma imprensa baseada no *sexo* feminino, ou seja, dirigida a mulheres; onde o sexo é o público-alvo. Conforme Buitoni, 1990.

² Em 1930, o índice de mulheres analfabetas era de 69,9%, enquanto dos homens 52,8%, totalizando 61,8% da população (Pimentel, 2011).

³ Alguns anos mais tarde a editora iria confessar que estava trabalhando na revista há um ano, mas somente em dezembro de 1932 é que o público tomaria conhecimento da sua participação da direção de Eva (Gomes, 2011).

⁴ O Decreto nº 22469, “assinado a 11 de abril de 1933, dia da entrada em vigor da Constituição Política, sancionava a censura prévia a imprensa, cabendo ao Governo nomear-lhe (Ramos Do Ó, 1992, p. 441).

⁵ Na presente pesquisa, optou-se por utilizar a expressão "regime autoritário" devido ao extenso debate historiográfico que envolve o regime salazarista. Embora a proximidade desse regime com o fascismo de Mussolini seja incontestável, a academia discute principalmente duas vertentes: se o salazarismo deve ser classificado como um regime fascista ou não fascista. Dentre os teóricos proeminentes, como Fernando Rosas, Luís Torgal e Manuel Loff, argumenta-se que o regime salazarista pode ser compreendido como fascista. Em contrapartida, Antonio Costa Pinto, Manuel Braga Cruz e Phillippe Schmitter propõem conceitos alternativos, associando-o, respectivamente, à direita conservadora, ao monopartidarismo conservador e, por último, a um modelo corporativista. A revisão das fontes para esta pesquisa sugere que, apesar da proximidade com o fascismo, o regime salazarista exibia características distintas, tornando-o singular. No entanto, é importante ressaltar que o foco central deste trabalho não está no debate historiográfico e conceitual sobre o salazarismo, justificando assim a escolha da expressão "regime autoritário". (Gonçalves, 2012)

⁶ Ver mais em Gisela Bock (1983), Victoria de Grazia (1992), Aurora Morcillo (2010), e Vanda Gorjão (2017).

⁷ A Escola Superior Colonial, instituída em 1906, ostentou significativa relevância no contexto educacional português durante a era colonial. Sua fundação foi motivada pela imperativa necessidade de formação de indivíduos destinados a ocupar posições estratégicas no funcionalismo das possessões ultramarinas lusas. A instituição, por conseguinte, ofertava uma formação abrangente englobando áreas como administração territorial, diplomacia, geografia e outros domínios de conhecimento pertinentes à administração eficaz dos territórios africanos e asiáticos sob a égide de Portugal. O currículo da Escola visava, assim, conferir aos futuros administradores coloniais competências técnicas e saberes práticos, com vistas a contribuir de maneira substancial para a orquestração política e administração eficiente das mencionadas possessões ultramarinas. Ao priorizar o desenvolvimento de aptidões essenciais para enfrentar as complexidades inerentes às colônias, a Escola Superior Colonial desempenhou uma função primordial na estratégia educacional de Portugal durante o período colonial.

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024